

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## PORTARIA TSE Nº 45, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao terceiro quadrimestre de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o contido no Procedimento Administrativo SEI nº 2021.00.000004283-8, resolve:

Art. 1º Fica publicado o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao terceiro quadrimestre de 2021, nos termos dos anexos a esta Portaria.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUÍS ROBERTO BARROSO

## ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup>
	LIQUIDADAS													
	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	34.344.677,33	22.755.509,02	24.303.273,53	24.128.725,61	24.262.923,34	24.484.297,74	24.294.400,48	24.305.140,69	23.969.716,66	24.276.294,17	37.624.691,09	26.330.455,88	315.080.105,54	30.511.564,46
Pessoal Ativo	26.669.171,48	17.617.544,27	19.172.337,88	19.011.829,53	19.141.194,41	19.307.705,67	19.211.674,57	18.964.313,72	19.107.265,57	19.227.834,36	29.985.776,25	21.336.377,03	248.753.024,74	6.928.994,26
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	23.519.364,13	15.930.218,66	16.020.268,07	15.858.720,44	15.979.151,11	16.174.827,01	16.048.409,67	15.798.490,07	15.940.615,83	16.055.343,67	23.705.796,00	18.156.749,92	209.187.954,58	4.749.699,83
Obrigações Patronais	3.149.807,35	1.687.325,61	3.152.069,81	3.153.109,09	3.162.043,30	3.132.878,66	3.163.264,90	3.165.823,65	3.166.649,74	3.172.490,69	6.279.980,25	3.179.627,11	39.565.070,16	2.179.294,43
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.675.505,85	5.137.964,75	5.130.935,65	5.116.896,08	5.121.728,93	5.176.592,07	5.082.725,91	5.340.826,97	4.862.451,09	5.048.459,81	7.638.914,84	4.994.078,85	66.327.080,80	23.582.570,20
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.712.043,49	3.776.144,31	3.800.153,11	3.785.857,10	3.785.065,15	3.786.248,67	3.786.248,67	4.048.947,42	3.571.313,64	3.747.707,39	5.620.670,78	3.720.587,27	49.140.987,00	15.411.299,20
Pensões	1.963.462,36	1.361.820,44	1.330.782,54	1.331.038,98	1.336.663,78	1.390.343,40	1.296.477,24	1.291.879,55	1.291.137,45	1.300.752,42	2.018.244,06	1.273.491,58	17.186.093,80	8.171.271,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	7.684.936,25	5.137.964,75	5.132.050,11	5.149.709,56	5.221.987,03	5.202.214,68	5.082.725,91	5.340.826,97	4.862.451,09	5.049.520,63	7.013.626,02	4.745.556,97	65.623.569,97	24.070.570,20
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	9.430,40	-	1.114,46	32.813,48	100.258,10	25.622,61	-	-	-	1.060,82	5.549,30	-	175.849,17	488.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.675.505,85	5.137.964,75	5.130.935,65	5.116.896,08	5.121.728,93	5.176.592,07	5.082.725,91	5.340.826,97	4.862.451,09	5.048.459,81	7.008.076,72	4.745.556,97	65.447.720,80	23.582.570,20
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.659.741,08	17.617.544,27	19.171.223,42	18.979.016,05	19.040.936,31	19.282.083,06	19.211.674,57	18.964.313,72	19.107.265,57	19.226.773,54	30.611.065,07	21.584.898,91	249.456.535,57	6.440.994,26

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.062.519.047.775,45	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	255.897.529,83	0,024084
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	466.307.734,50	0,043887
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	442.992.347,77	0,041693
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	419.676.961,05	0,039498

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 20/jan/2022 e hora de emissão 18h.

<sup>1</sup>Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
- Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 11ª Edição - Versão 3 (p. 519), seguindo o critério da competência, algumas deduções das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração só foram permitidas neste quadrimestre. Por esse motivo, na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", foram incluídos os valores de R\$ 9.430,40, R\$ 1.114,46 e R\$ 79.313,11, nos meses de janeiro, março e maio de 2021, respectivamente.
- Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.233, de 20 de janeiro de 2022, publicada em 21 de janeiro de 2022.

## ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (h)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO EM RPNP DO EXERCÍCIO) (h)=(f-g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	3.496.989.814,76	8.512.299,27	9.169.175,21	633.918.111,39	424.209,14	2.844.966.019,75	1.243.557.826,10	-	1.601.408.193,65
Recursos Ordinários	3.496.989.814,76	8.512.299,27	9.169.175,21	633.918.111,39	424.209,14	2.844.966.019,75	1.243.557.826,10	-	1.601.408.193,65
0100 - Recursos Ordinários	3.485.727.915,65	8.512.299,27	9.169.175,21	633.918.111,39	424.209,14	2.833.704.120,64	1.243.557.826,10	-	1.590.146.294,54
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	11.261.899,11	-	-	-	-	11.261.899,11	-	-	11.261.899,11
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	146.956.030,01	9.937,43	20.483,50	2.363.822,22	3.754.837,67	140.806.949,19	30.016.505,35	-	110.790.443,84
Recursos Vinculados ao RPPS	67.022.787,93	-	-	1.957.185,63	3.600.939,61	61.464.662,69	23.582.570,20	-	37.882.092,49
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	43.928.111,08	-	-	1.696.944,33	2.326.844,48	39.904.322,27	14.001.911,20	-	25.902.411,07
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	23.094.676,85	-	-	260.241,30	1.274.095,13	21.560.340,42	9.580.659,00	-	11.979.681,42
Recursos de Operações de Crédito	1.729.380,82	-	-	-	-	1.729.380,82	-	-	1.729.380,82
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.729.380,82	-	-	-	-	1.729.380,82	-	-	1.729.380,82
Outros Recursos Vinculados	78.203.861,26	9.937,43	20.483,50	406.636,59	153.898,06	77.612.905,68	6.433.935,15	-	71.178.970,53
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	34.303.838,48	520,54	20.483,50	163.571,24	-	34.119.263,20	471.954,07	-	33.647.309,13
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	13.240.745,71	-	-	-	-	13.240.745,71	-	-	13.240.745,71
0151 - Recursos livres da Seguridade Social	6.251.550,02	-	-	243.065,35	153.428,06	5.855.056,61	3.118.756,97	-	2.736.299,64
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	18.757.688,53	9.416,89	-	-	-	18.748.271,64	2.843.224,11	-	15.905.047,53



0190 - Recursos Diversos	470,00	-	-	-	-	470,00	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. - Exercícios Anteriores	5.649.568,52	-	-	-	-	-	5.649.568,52	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>3.643.945.844,77</b>	<b>8.522.236,70</b>	<b>9.189.658,71</b>	<b>636.281.933,61</b>	<b>4.179.046,81</b>	<b>2.985.772.968,94</b>	<b>1.273.574.331,45</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.712.198.637,49</b>

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 20/jan/2022 e hora de emissão 18h.

Notas:

- O modelo estabelecido na 11ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
- Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
- Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado a receber no montante de R\$ 778.146.140,97.
- Na coluna "Demais Obrigações Financeiras" constam os valores líquidos de recursos a liberar para pagamento de Restos a Pagar e de Termo de Execução Descentralizada (TED) nos montantes de R\$ 3.754.367,67 e R\$ 424.209,14, respectivamente.
- Estão incluídos os valores do órgão setorial de programação financeira (UG 070026), em atendimento ao item nº 9.4.4 do Acórdão TCU nº 1573/2006, conforme abaixo:

Limite de Saque com Vinculação Pagto = R\$ 2.786.093.640,41.

Recursos a Liberar para Pagamento de RP = R\$ 2.047.775.091,38.

## ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		1.062.519.047.775,45
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	255.897.529,83	0,024084
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	466.307.734,50	0,043887
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	442.992.347,77	0,041693
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	419.676.961,05	0,039498
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.273.574.331,45	1.712.198.637,49

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 20/jan/2022 e hora de emissão 18h.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA  
Diretor-Geral

ADAÍRES AGUIAR LIMA  
Secretária de Administração

CARLOS RAMON DA SILVA SANTOS  
Secretário de Auditoria  
Substituto

EDUARDO DEMETRIO BECHARA  
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Min. LUÍS ROBERTO BARROSO  
Presidente do Tribunal

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIA STJ/GP Nº 26, DE 24 DE JANEIRO DE 2022

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Publicar, na forma dos anexos desta portaria, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2021.

Art. 2º Fica autorizada a disponibilização do relatório de gestão fiscal no portal do Tribunal na internet.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JORGE MUSSI

## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2021

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL EXECUTADO (c) = (a) + (b)	
	LIQUIDADAS														
	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021			TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	125.350.276,57	93.022.698,12	93.570.384,77	93.658.517,64	94.038.846,51	96.295.680,61	94.186.215,87	94.379.154,07	93.596.802,28	94.167.940,18	148.574.395,11	119.289.440,23	1.240.130.351,96	0,00	1.240.130.351,96
Pessoal Ativo	78.090.921,09	61.641.852,50	62.085.630,69	61.976.341,98	62.611.573,67	64.917.849,51	62.775.732,35	62.849.449,61	62.435.768,99	62.556.231,80	98.783.597,10	87.688.541,25	828.413.490,54	0,00	828.413.490,54
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	67.303.961,95	50.838.607,82	51.333.429,19	51.203.353,45	51.702.025,43	53.774.116,01	51.879.664,43	51.975.214,98	51.560.389,15	51.692.224,64	77.116.818,99	76.849.753,45	687.229.559,49	0,00	687.229.559,49
Obrigações Patronais	10.786.959,14	10.803.244,68	10.752.201,50	10.772.988,53	10.909.548,24	11.143.733,50	10.896.067,92	10.874.234,63	10.875.379,84	10.864.007,16	21.666.778,11	10.838.787,80	141.183.931,05	0,00	141.183.931,05
Pessoal Inativo e Pensionistas	47.259.355,48	31.380.845,62	31.484.754,08	31.682.175,66	31.427.272,84	31.377.831,10	31.410.483,52	31.529.704,46	31.161.033,29	31.611.708,38	49.790.798,01	31.600.898,98	411.716.861,42	0,00	411.716.861,42
Aposentadorias, Reserva e Reformas	39.906.939,28	26.443.534,22	26.437.444,65	26.645.839,72	26.361.576,33	26.319.823,27	26.276.520,04	26.591.490,99	26.232.332,88	26.705.798,18	39.526.038,96	26.749.301,67	344.196.640,19	0,00	344.196.640,19
Pensões	7.352.416,20	4.937.311,40	5.047.309,43	5.036.335,94	5.065.696,51	5.058.007,83	5.133.963,48	4.938.213,47	4.928.700,41	4.905.910,20	10.264.759,05	4.851.597,31	67.520.221,23	0,00	67.520.221,23
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	47.327.053,15	31.390.437,59	31.534.050,97	31.682.175,66	31.488.583,86	22.974.997,72	180.049,41	40.950,95	81.858,89	31.626.063,21	49.790.798,01	17.073.599,31	295.190.618,73	0,00	295.190.618,73
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.105,47	54.105,47	54.105,47	54.105,47	54.105,47	0,00	54.829,04	271.250,92	0,00	271.250,92
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	67.697,67	9.591,97	49.296,89	0,00	61.311,02	114.687,68	62.915,06	4.002,23	31.968,67	14.354,83	0,00	12.976,79	428.802,81	0,00	428.802,81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	47.259.355,48	31.380.845,62	31.484.754,08	31.682.175,66	31.427.272,84	22.806.204,57	63.028,88	-17.156,75	-4.215,25	31.611.708,38	49.790.798,01	17.005.793,48	294.490.565,00	0,00	294.490.565,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>78.023.223,42</b>	<b>61.632.260,53</b>	<b>62.036.333,80</b>	<b>61.976.341,98</b>	<b>62.550.262,65</b>	<b>73.320.682,89</b>	<b>94.006.166,46</b>	<b>94.338.203,12</b>	<b>93.514.943,39</b>	<b>62.541.876,97</b>	<b>98.783.597,10</b>	<b>102.215.840,92</b>	<b>944.939.733,23</b>	<b>0,00</b>	<b>944.939.733,23</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.062.519.047.775,45	-													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	<b>944.939.733,23</b>	<b>0,088934%</b>													
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.378.013.255,64	0,223809%													
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.259.112.592,85	0,212619%													
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.140.211.930,07	0,201428%													

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Secretaria de Orçamento e Finanças, 11/01/2022 - hora de emissão 13:39; Processo STJ 11701/2021

